

457

**PROGRAMAS EMERGENCIAIS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO RS.** *Greice Silveira dos Santos, Simone Valtete dos Santos (orient.) (UFRGS).*

Na gestão do governo do Estado (1999-2003), ocorreu um programa emergencial de geração de trabalho e renda intitulado "Coletivos de Trabalho", que consistia na organização de frentes de trabalho e cursos de qualificação profissional para pessoas que possuíam baixa escolaridade e ausência de carteira profissional assinada, teorizado na tese de doutorado de SANTOS, Simone Valtete dos (2003). A atual gestão, substituiu este programa pelas "Frentes Emergenciais de Trabalho", sendo realizada a pesquisa junto aos arquivos da Fundação Gaúcha do Trabalho, bem como entrevistas semi estruturadas com o atual diretor e funcionários da Fundação, considerando a abrangência deste programa, comparando-o ao anterior. Os resultados parciais deste levantamento, mostram que aumentou o número de beneficiados do programa – sendo 2.540 na gestão anterior e 3.169 na atual, mantendo o recebimento de um salário mínimo mensal; o número de municípios atendidos passaram de 25 para 60; a duração do programa que era de 10 meses, passou para 4 a 6 meses; diminuíram as vagas orientadas para o Movimento dos Trabalhadores de Desempregados de 670 para 196. Os cursos de qualificação profissional eram subsidiados pelo Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) e atualmente são encargos das prefeituras conveniadas ao programa, continuam voltados para a organização de cooperativas, associações, a fim de viabilizar alternativas de geração trabalho e renda. Os Coletivos de Trabalho compunham plano de governo, atualmente as Frentes são resultantes da Consulta Popular que ocorre por meio virtual. Conclui-se que tanto os Coletivos de Trabalho, quanto as Frentes Emergenciais de Trabalho operam na tensão do desemprego estrutural; o atual governo não potencializa a ação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, observada na gestão anterior, responde socialmente por um número maior de beneficiados vinculados às demandas das administrações municipais num tempo menor.